

16 MAI 1996

Prefeitos gastam mais

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Os prefeitos aproveitaram até o último minuto do prazo legal para pedirem empréstimos de curto prazo aos bancos antes das eleições deste ano. O prazo para a contratação das chamadas Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) acabou em 2 de abril. Nos últimos 12 meses, a dívida de estados e municípios com os bancos cresceu 133,85%.

Só nos dois dias de abril em que foi possível pedir AROs, os prefeitos somaram R\$ 62,2 milhões. De janeiro a abril deste ano, contrataram 45% a mais que no ano passado, alcançando R\$ 936,2 milhões.

Esse volume de empréstimos equivale a 30% de tudo o que foi emprestado no ano passado a estados e municípios. Geralmente, o dinheiro desses empréstimos é usado para pagar despesas correntes, como pessoal, água e luz. Pela lei, os prefeitos têm que pagar as operações de ARO até dezembro.

A dívida total de estados e municípios para com os bancos passou de R\$ 1,92 bilhão, em abril de 1995, para R\$ 4,49 bilhões, este ano. Boa

parte deste valor é representado por operações da Caixa Econômica Federal que emprestou dinheiro dentro do programa de ajuste dos estados elaborado pelo governo federal. Foram quase R\$ 2 bilhões renegociado, cujo risco é do Tesouro Nacional.

Os dados são do Banco Central (BC) e também revelam um aumento significativo da participação dos bancos estaduais na concessão de empréstimos de longo prazo para os municípios. Se em 1995, os bancos estaduais emprestaram apenas R\$ 3,4 milhões nessa modalidade, até abril a conta já havia subido para R\$ 86,1 milhões. Os técnicos do Departamento da Dívida Pública explicaram, porém, que o aumento aconteceu por causa de apenas três operações, sendo que uma delas refere-se a uma regularização de dívida antiga.

De acordo com o chefe do Depip, Jairo Ferreira, a proibição da contratação de AROs seis meses antes das eleições foi decidida pelo Senado para preservar os futuros prefeitos das dívidas dos antecessores.